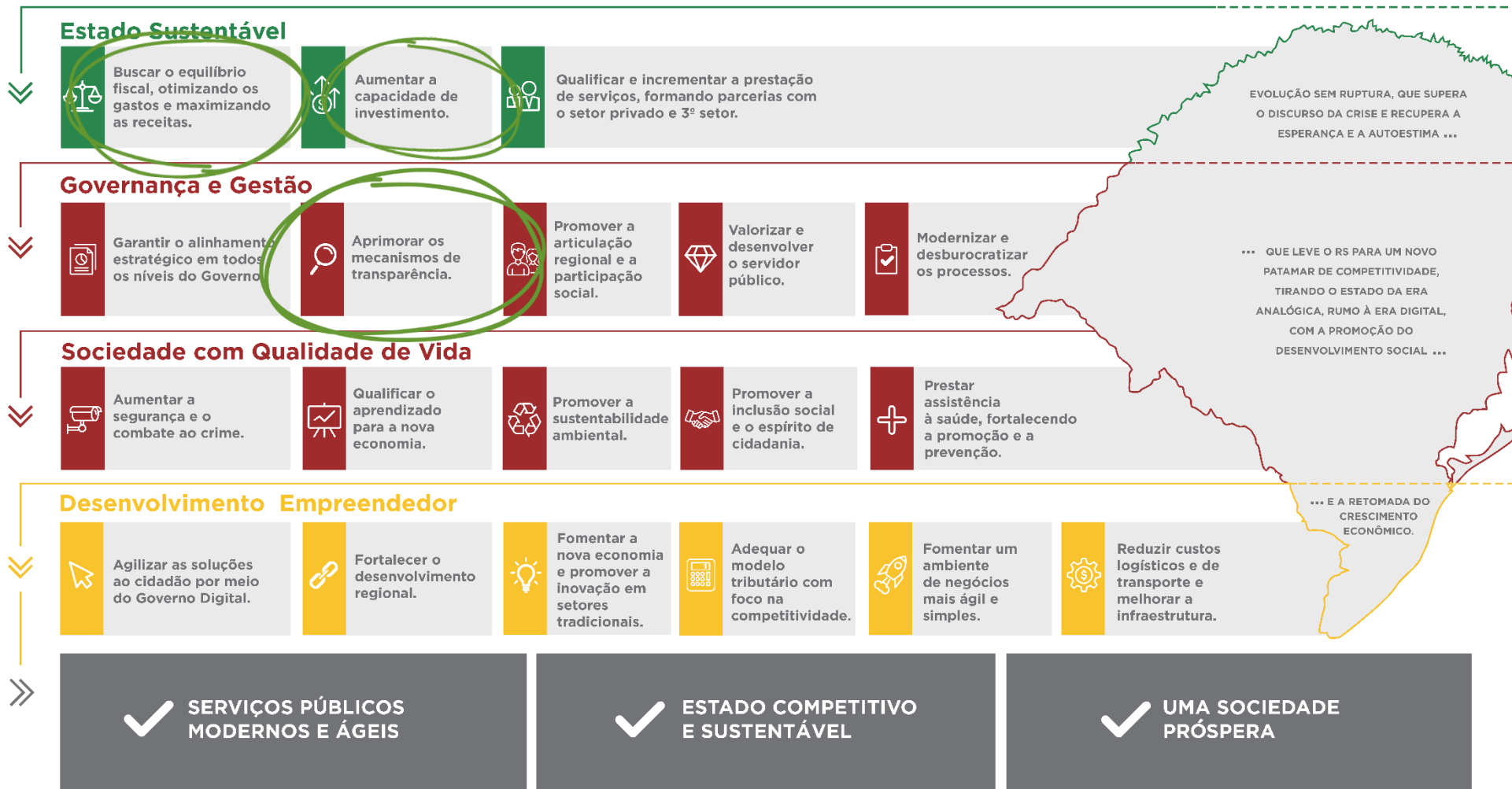




RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

// DATA BASE: 1Q2022 // EDIÇÃO 8

Mapa Estratégico do Governo



Apresentação

O que é o RTF?

Publicação quadrimestral da Sefaz RS, com análise das receitas e despesas da administração fiscal e dos principais passivos e contingências.

Objetivo:

Ampliar a transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro até a sua aplicação.

Dados utilizados:

- Fonte: Cage, Receita Estadual e Tesouro do Estado
- Dados consolidados da Administração Direta, autarquias e fundações
- **Valores nominais**, exceto quando expressamente qualificado

Critérios de depuração dos dados

Exclusões de receitas e despesas

- Transferências de ICMS e IPVA aos municípios.
Transferências ao FUNDEB.
- Receitas e despesas intra-orçamentárias, pois são repasses entre entidades do próprio Governo (exemplo: do Tesouro para o IPE)

Objetivo:

Apresentar os recursos efetivamente captados da sociedade e que estão disponíveis para os dispêndios do Estado, evitando duplas contagens de receitas e despesas que inflam os números totais do orçamento.

Valores:

- Excluídas receitas intra-orçamentárias: R\$ 4,9 bilhões (1Q22) e R\$ 5,2 bilhões (1Q21)
- Excluídas despesas intra-orçamentárias: R\$ 5,1 bilhões (1Q22) e R\$ 5,3 bilhões (1Q21)

Destques 1Q22

- **Superávit orçamentário** de R\$ 4,1 bilhões (1Q22) vs superávit de R\$ 2,0 bilhões (1Q21)
- **Receita Tributária Líquida** cresceu 6,62% (**queda real**): fim das alíquotas majoradas de ICMS (- R\$1,3 bilhão) e congelamento dos combustíveis compensaram efeitos altistas da atividade econômica e dos preços
- **Despesas de Pessoal sob rígido controle** (+5,9% vs 1Q21): mesmo com reajuste do Magistério, reversão da tendência de crescimento real da Folha foi preservada;
- **Déficit previdenciário** (+3,9% vs 1Q21): efeito do regime de caixa da receita associado ao fato do ano de 2021 ter tido pagamentos de 13º salário de 2020 regularizado em 2021
- **Investimento** de R\$ 407 milhões: 6x o investimento de 1Q21, majoritariamente com recursos próprios
- Crescimento de 11,2% (+ R\$ 364 mi) em **ODC**: Devolve ICMS, remuneração dos depósitos judiciais (SELIC) e custeio contingenciável (transporte escolar, alimentação escolar e serviços técnicos no DETRAN)
- **Indicador de dívida LRF continua abaixo de 200%**
- **Indicador de pessoal LRF Consolidado (STN) 7 pontos abaixo de 1Q21 e abaixo do limite prudencial**
- **Dívida do Caixa Único de R\$ 595 milhões: passivo caiu R\$ 7,7 bilhões em relação ao estoque de 2018**

Marcos importante no 1Q22

- Transição para **fim das alíquotas majoradas de ICMS** em jan-2022 não gerou novos atrasos em pagamentos
- **Adesão ao RRF** em jan-2022 permitiu suspender administrativamente o pagamento da dívida com a União
- **Regularização de contingências** com a **União** acumuladas desde 2017 (R\$ 14,5 bi em RAPs cancelados)

Receita Total Efetiva

- RS tem elevada autonomia fiscal: impostos correspondem a 63% da RTE

R\$ 19 bilhões
 Receita Total Efetiva no 1Q22

+ R\$ 2,2 bilhões
 Incremento vs 1Q21

+13,4%
 Crescimento nominal vs 1Q21

Receita Total Efetiva no 1Q21:
R\$ 16,7 bilhões

Receita Total Efetiva
creceu 13,4%
 (+R\$ 2,2 bilhões)
 impulsionada por:

- ICMS
- Ingresso recursos da privatização da Sulgás



* Caso se incluam recursos intraorçamentários, a Receita Total soma R\$ 23,9 bilhões

Receita Total Efetiva

Valores em R\$ milhões	1Q22	1Q21	Δ (R\$)	Δ%
1. RECEITAS CORRENTES	17.904	16.694	1.210	+7,24%
Tributos Próprios, Líquidos dos Repasses aos Municípios e ao FUNDEB	11.887	11.149	738	+6,62%
Transferências Correntes Líquidas (FPE, FUNDEB, CIDE, IPI EXPORTAÇÃO)	3.686	3.372	314	+9,33%
Contribuições (Servidores – IPE PREV e SAÚDE)	1.488	1.190	298	+25,08%
Demais Correntes (Patrimoniais e Outras)	842	984	-142	-14,43%
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.059	27	1.032	+3758,40%
3. RECEITA TOTAL EFETIVA	18.963	16.722	2.241	+13,40%

- **Receita Bruta de ICMS** de R\$ 15,2 bilhões corresponde a elevação nominal em R\$ 1 bilhão vs 1Q21, mesmo com fim de alíquotas majoradas de ICMS e congelamento do preço de combustíveis
- **Contribuições** cresceram 25% vs 1Q21
- **Receita de Capital: recursos da privatização da Sulgás** (R\$ 955 milhões) ingressaram em jan-22

Receita Tributária

1Q21

- ICMS: R\$ 14,2 bi
- IPVA: R\$ 1,7 bi
- ITCMD: R\$ 235 mi

Reformas estruturais viabilizaram queda na carga tributária, sem que novos atrasos fossem gerados nos pagamentos

R\$ 15,2 bilhões

ICMS bruto cresceu 7,2%

R\$ 1,8 bilhão

IPVA bruto cresceu 5,5% (efeitos da arrecadação de dezembro 2021)

R\$ 390 milhões

ITCMD cresceu 66,1% (eficiência e aumento no preço dos imóveis)

Receita Tributária Líquida cresceu 6,6%
(+R\$ 738 milhões)



- Recuperação econômica
- Inflação
- Receita 2030



- Fim das alíquotas majoradas de ICMS
- Congelamento combustíveis



BOX ICMS: IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO 1Q22

Reforma Tributária Gaúcha:

- Em jan-2022, alíquotas do ICMS reduzidas para patamar de 2015
- Em 2021, ocorreram mudanças de redução da alíquota modal, da alíquota de compras internas e no DIFAL

Valores em R\$ milhões

Impacto Redução Alíquotas	Alíquota	Impacto no 1Q22
Alterações no Simples Nacional	-	(115,90)
Alíquota Modal	Redução de 17,5% para 17%	(209,22)
Energia Elétrica e Comunicações	Redução de 30% para 25%	(474,13)
Combustíveis*	Redução de 30% para 25%	(454,56)
Total	-	(1.253,81)

(*) Redução aplicada sobre gasolina e álcool. Já se aplica 12% sobre diesel, GLP e GNV.

Decisões recentes com potencial repercussão na arrecadação estadual:

- **Decisão do STF:** alíquotas de energia elétrica e comunicações recuam de 25% para 17% até 2024.
- **LC 192/22:** altera a forma de cálculo do ICMS sobre o diesel para a modalidade ad rem (valores fixos por litro). Câmara de conciliação Estados-União instaurada pelo Min do STF André Mendonça.
- **PLP 18/22 :** efeito de reduzir alíquota de combustíveis, energia elétrica e comunicações de 25% para 17%



Receita Corrente Líquida (RCL)

Variação da RCL explicada por:

- Crescimento do ICMS
- Convergência com metodologia STN para apuração da RCL (+ R\$ 2,2 bi)
- CEEE-D (+ R\$ 2,5 bi extras)

R\$ 54,2 bilhões
Acumulado em 12M até abr-22

+19,2%
Crescimento vs 1Q22

RCL no 1Q21:
R\$ 45,5 bilhões

Alteração metodológica na apuração da RCL:
dedução de perda do FUNDEB a partir de jan-2022
(-R\$ 893 mi no 1Q22)



RCL é a referência para aplicação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Despesa Total Efetiva

**Gastos com
Pessoal:
71% da
Despesa
Total Efetiva**

R\$ 14,7 bilhões

Despesa Total Efetiva no 1Q22

+R\$ 25 milhões

Estabilidade vs 1Q21

+0,17%

Estabilidade vs 1Q21

** incluindo recursos intraorçamentários, a Despesa Total soma R\$ 19,8 bilhões.*

Despesa 1Q21:
R\$ 14,7 bilhões

Estabilidade na DTE

- Despesa com Pessoal (+578 mi).
- Juros (SELIC) pagos aos Depósitos Judiciais (+134 mi)
- Avançar-RS (+285 mi)
- Redução nas despesas com dívida com o RRF (-R\$ 1,3 bi)





Despesa Total Efetiva

R\$ milhões	1Q22	1Q21	Δ (R\$)	Δ %
1. DESPESAS CORRENTES	14.129	13.915	214	1,54%
Pessoal e Encargos	10.424	9.847	577	5,87%
Juros e Encargos da Dívida	85	813	-728	-89,58%
ODC – Obrigatórias	2.635	2.714	-79	-2,91%
ODC - Contingenciável	985	542	443	81,77%
2. DESPESAS DE CAPITAL	549	737	-188	-25,61%
3. DESPESA TOTAL EFETIVA (DTE)	14.678	14.653	25	0,17%

- **Gasto de Pessoal segue sob rígido controle: variação abaixo da inflação**
- **ODC somou R\$ 3,6 bilhões (+R\$ 364 mi vs 1Q21):**
 - Devolve ICMS;
 - remuneração dos depósitos judiciais;
 - despesas de custeio contingenciáveis (transporte escolar e alimentação escolar e serviços técnicos no DETRAN)
- **Expressivo aumento em Investimentos** (Avançar-RS): 6,3x volume do 1Q21.



Despesa de Pessoal

O que explica elevação?

- Reajuste Magistério, que variou entre 5,53% e 32%
- Ex-autárquicos CEEE (Estado foi integralmente ressarcido)

R\$ 10,4 bilhões

Gastos com Despesa de Pessoal 1Q22

+R\$ 578 milhões

vs 1Q21

+5,9%

vs 1Q21 (abaixo da inflação)

Despesa 1Q21:
R\$ 9,8 bilhões

Queda real das Despesas de Pessoal desde 2020 reverte a tendência histórica de crescimento





Previdência – Fundo Financeiro

Incremento vs 1Q21 influenciado por regularização do pagamento do 13º salário em 2021

- contribuição patronal do 13º de 2020 quitada em jan-2021
- contribuição patronal do 13º de 2021 quitada em nov-2021
- contribuição patronal no 1Q21 ficou R\$ 230 milhões acima do registrado no 1Q22

R\$ 3,3 bilhões

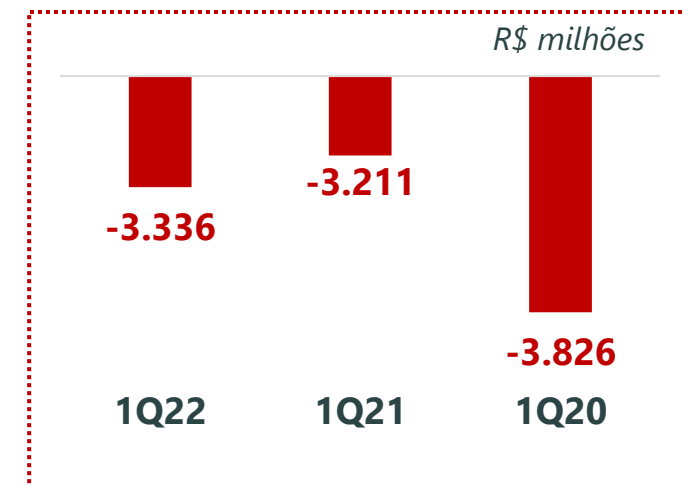
Déficit do Fundo Financeiro

+R\$ 125 milhões

vs 1Q21

+3,9%

vs 1Q21



Expurgando efeito de contribuições patronais de exercícios anteriores, o resultado seria **queda de mais de R\$ 100 milhões do déficit** do Fundo Financeiro.



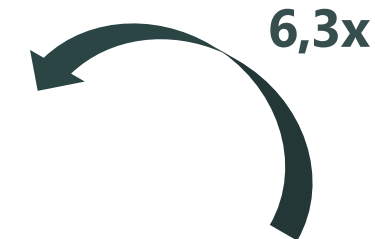
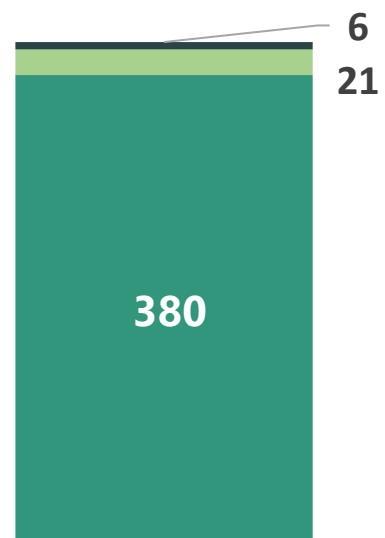
Investimentos



Ajuste fiscal viabiliza a destinação de recursos extraordinários para investimentos:

- +R\$ 343 mi vs 1Q21
- 94% com recursos próprios
- 2,8% da Despesa Total Efetiva (0,4% no 1Q21)

R\$ 407 milhões



R\$ 64 milhões



1Q22

1Q21

- Outros Poderes e Órgãos Autônomos
- Executivo: operações de crédito, transferências obrigatórias e convênios
- Executivo: recursos próprios, tesouro livres e vinculados



Resultado Orçamentário

Superávit de

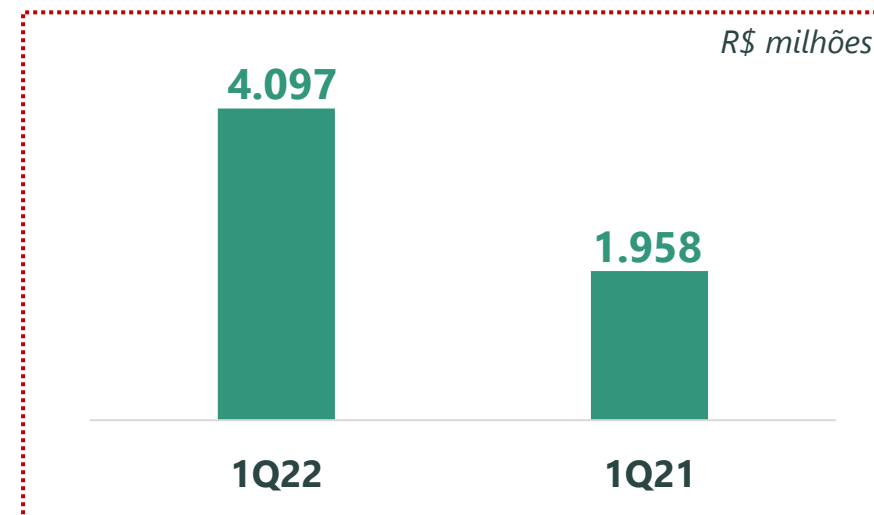
Total R\$ 4,1 bilhões

Efetivo R\$ 4,3 bilhões



Superávit Total dobrou vs 1Q21

Resultado Orçamentário



Resultado reflete os efeitos:

- da redução de R\$ 1,3 bilhão de despesas com dívida da União
- da privatização da Sulgas (R\$ 955 milhões)

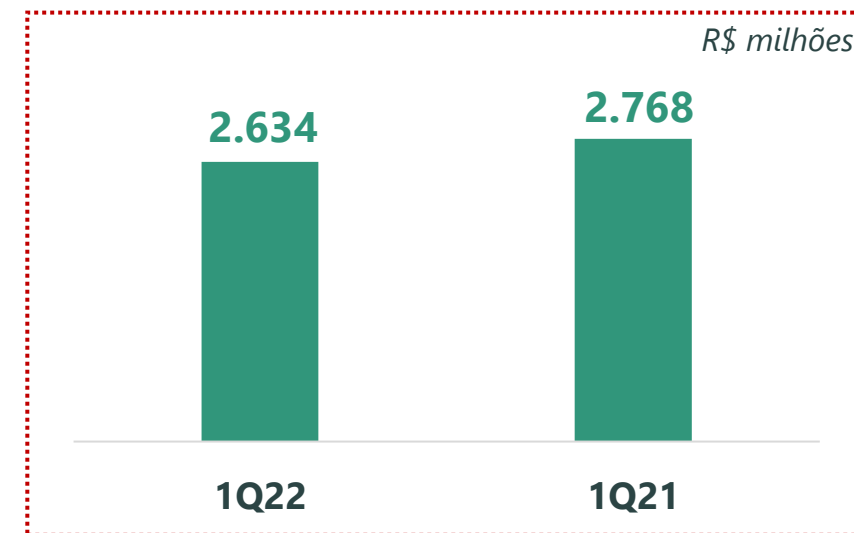
Resultado Primário

Superávit de

R\$ 2,6 bilhões



Meta LDO 2022: R\$ 1,6 bilhão



Receita Primária
(-) Despesa Primária

Resultado Primário

Receita Total (-) Receitas Financeiras
Despesa Total (-) Despesas Financeiras



LIMITES DA LRF



Despesa de Pessoal

Convergência com metodologia STN a partir de jan-22 impacta o indicador de Despesa com Pessoal (DP/RCL):

- DP: inclusão das despesas com auxílio bolsa de estudos, Abono Permanência EC 41/03 – RPPS e Gratificação de Direção
- RCL: dedução de perda do FUNDEB a partir de jan-2022

Poder Executivo

41,84%

Abaixo do limite prudencial (46,55%).

O percentual ficou em 42,38% em 1Q21

Todos os Poderes

49,12%

Abaixo do limite prudencial (57,0%).

O percentual ficou em 49,67% em 1Q21



Considerando os critérios federais, o Estado também ficou abaixo do prudencial:

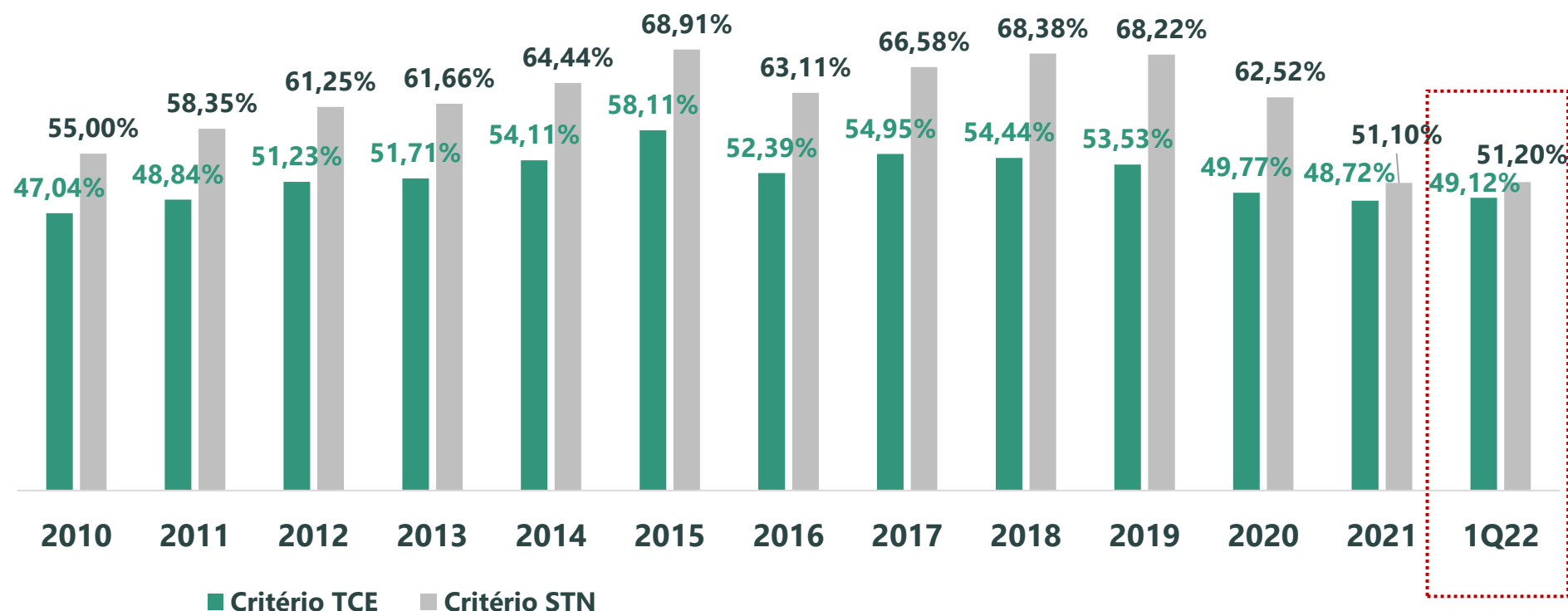
- Poder Executivo: 43,57% (prudencial de 46,55%)
- Consolidado dos Poderes: 51,20% (prudencial de 57%)

Despesa de Pessoal



- **Consolidado Todos os Poderes** abaixo do limite prudencial de 57%
- **Convergência para o padrão STN**

Indicador de Despesas de Pessoal LRF (% da RCL) - Consolidado Todos os Poderes (limite máximo de 60%, prudencial 57%)



OBS: em 2016, a venda da folha ao Banrisul aumentou muito a RCL (receita patrimonial extraordinária).

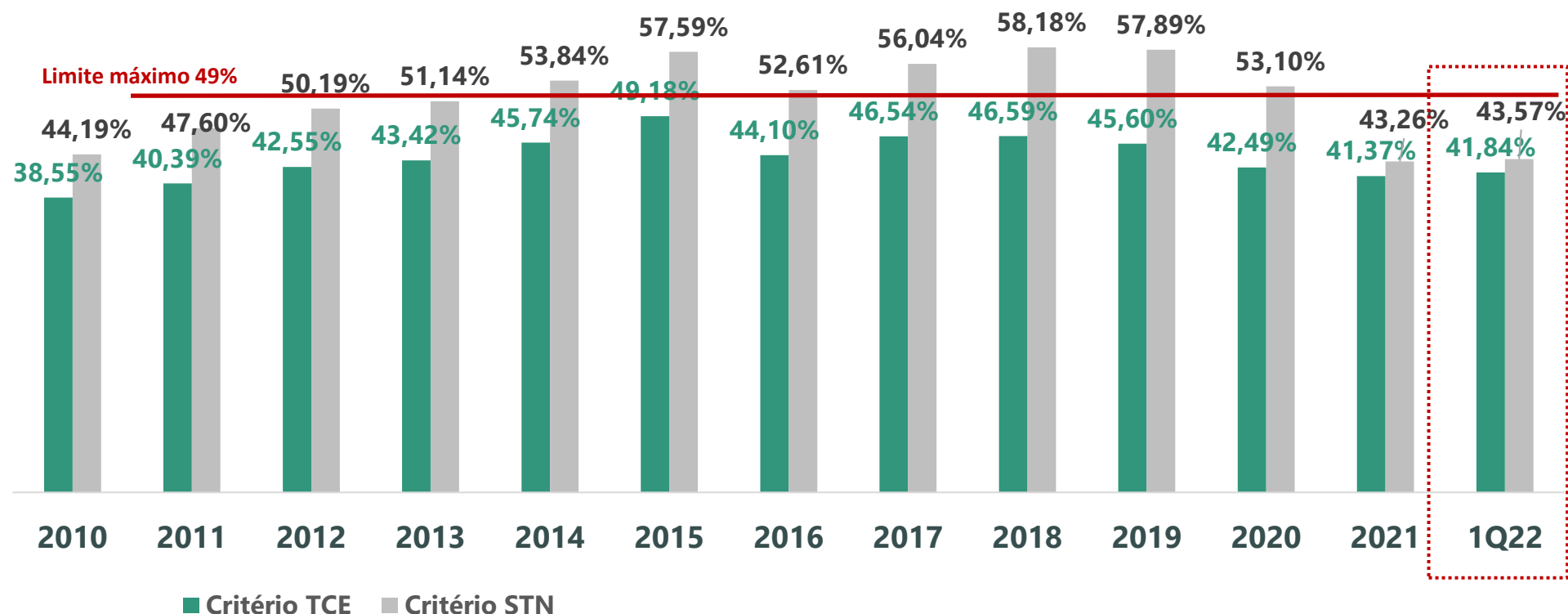
OBS 2: a partir de jan-21 os indicadores passaram a incluir os pensionistas e o IRRF, conforme LC 178 e EC 109. A partir de jan-22, inclusão das despesas com auxílio bolsa de estudos, Abono Permanência EC 41/03 – RPPS, Gratificação de Direção e dedução das perdas com FUNDEB na RCL.

Despesa de Pessoal



- **Poder Executivo** abaixo do limite máximo de 49%
- **Convergência** para o padrão STN

Indicador de Despesas de Pessoal LRF (% da RCL) -
Somente Poder Executivo (limite máximo de 49%, prudencial 46.55%)



OBS: em 2016, a venda da folha ao Banrisul aumentou muito a RCL (receita patrimonial extraordinária).

OBS 2: a partir de jan-21 os indicadores passaram a incluir os pensionistas e o IRRF, conforme LC 178 e EC 109. A partir de jan-22, inclusão das despesas com auxílio bolsa de estudos, Abono Permanência EC 41/03 – RPPS, Gratificação de Direção e dedução das perdas com FUNDEB na RCL.



Dívida consolidada líquida (DCL)

Convergência metodológica com STN a partir de jan-22 impacta o indicador de Despesa com Pessoal (DP/RCL)

- RCL: dedução de perda do FUNDEB a partir de jan-2022
- DCL: padronização metodológica dos registros contábeis dos saques dos depósitos judiciais às orientações STN + cancelamento dos restos a pagar da dívida com a União

163,08%
-43,3 p.p. vs 1Q21

206,40%
em 1Q21

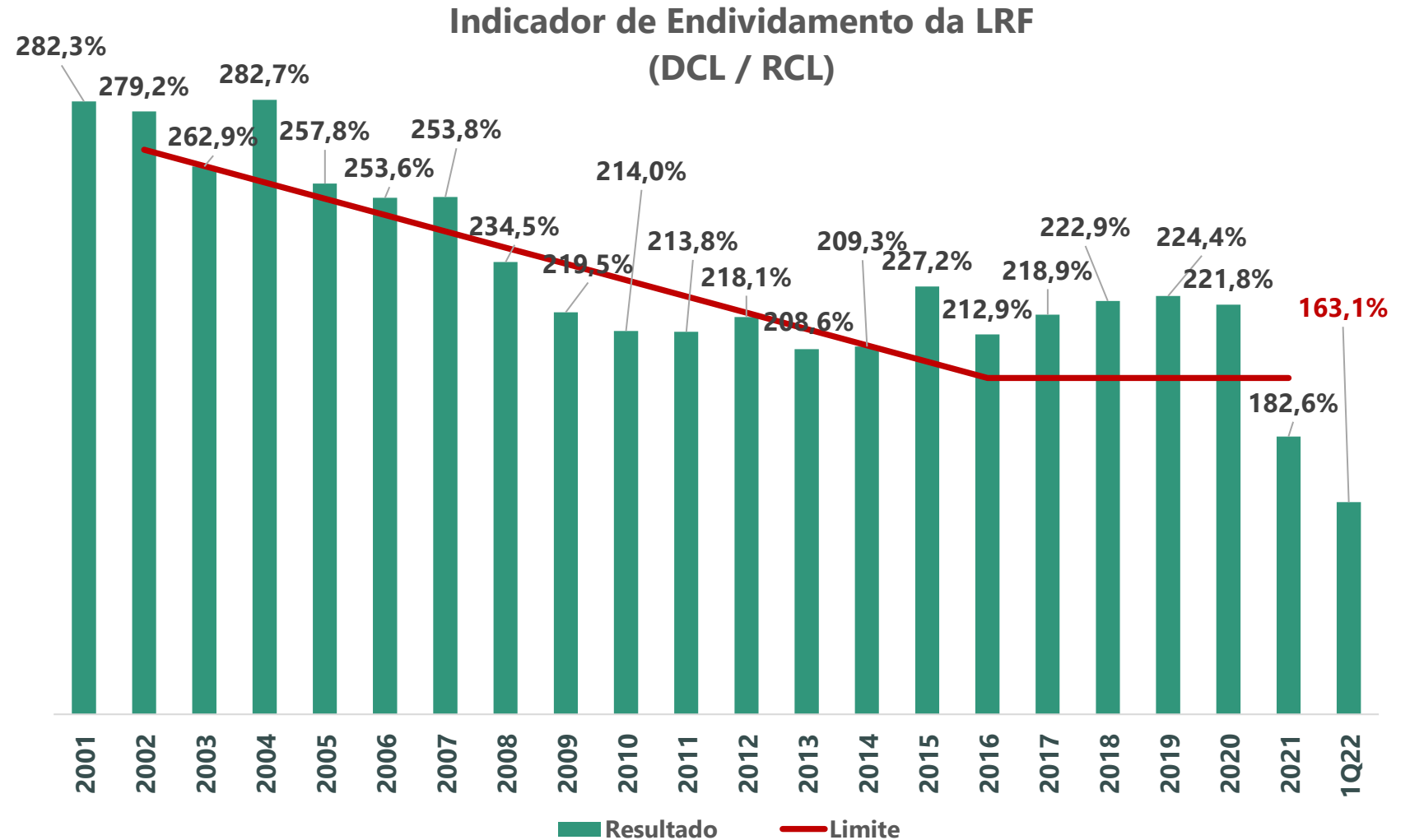


Endividamento líquido apresentou melhora, explicada pela variação da RCL_{ajustada} (+19,2%) e queda da Dívida Consolidada Líquida (-5,8%)



Dívida consolidada líquida (DCL)

É o terceiro quadrimestre seguido que a relação DCL/RCL fica abaixo de 200%





PASSIVOS E CONTINGÊNCIAS

Dívida Consolidada Líquida



- Estoque cresceu 5,2% vs 1Q21: suspensão do pagamento da dívida com a União no período
- Saldo da dívida com União já incorpora refinanciamento das parcelas não –pagas desde jul-2017
- Queda no saldo da dívida externa reflete apreciação do Real vs USD e amortizações

União

R\$ 75,7 Bi

Pagamentos regularizados em fev-2022



Bancos Federais

R\$ 1,3 Bi

BB, BNDES e CEF

Organismos Externos

R\$ 9,3 Bi

BID e Banco Mundial



Dívida com a União

Deferido o pedido de adesão ao RRF, o RS em 25/02/2022:

- **Celebrou contrato de refinanciamento das parcelas não pagas desde julho/2017 (R\$ 16,4 bi)**
- **Celebrou contrato (art 9º-A) para suspender o pagamento da dívida com a União e com multilaterais**
- **Cumprindo exigência da LC 156/16, protocolou no STF a desistência das ações da dívida de sua autoria (ACO 2755 e 3059), homologada pelo Min. André Mendonça em 10-mai-22**

Exercício de inscrição do Restos a Pagar	R\$ milhões
Exercício 2017	1.003
Exercício 2018	3.198
Exercício 2019	3.450
Exercício 2020	3.470
Exercício 2021	3.420
Total RAPs cancelados em fev-2022	14.542
Empenhos Estornados (Exercício 2022)	600
Total de Cancelamentos com a Assinatura dos Aditivos	15.141

Com regularização das pendências jurídicas com a União e celebração do art 9º-A:

- R\$ 14,5 bi em RAPs cancelados
- R\$ 600 mi em empenhos estornados





Outros Passivos

Paralelamente à melhoria dos pagamentos, o Tesouro Estadual vem reduzindo os saldos de passivos usados como financiamentos precários dos *déficits* no passado.

- **RESTOS A PAGAR:** R\$ 1,8 bilhão quitado no 1Q22 (Investimentos e ODC). Valores em queda dada maior pontualidade na quitação do fluxo de pagamento.
- **DEPÓSITOS JUDICIAIS:** sem novos saques, saldo em aberto permanece estável (R\$ 10,6 bilhões). Recursos não sacados próximos a 21% do estoque de terceiros
- **DÍVIDAS DO CAIXA ÚNICO*:** Passivo de R\$ 595 milhões (R\$ 6,1 bilhões no 1Q21), o que representa **queda de R\$ 7,7 bilhões vs estoque de R\$ 8,3 bilhões em dezembro de 2018**
- **Piso Nacional do Magistério:** passivo contingente estabilizado em R\$ 37 bilhões, com a reforma do Plano de Carreira do Magistério

**excluindo depósitos judiciais*



Obrigado!